COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 2.513, DE 2007.

Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Autor: Senado Federal

Relatora: Thelma de Oliveira

I – RELATÓRIO

Em síntese, a presente proposição, originária do Senado Federal, cria o programa Empresa Cidadã destinado a prorrogar por sessenta dias a duração da licença-maternidade, atualmente de 120 dias. Todas as empregadas de empresas privadas que aderirem ao projeto, mesmo as mães adotivas, terão direito de solicitar o benefício. Por sua vez, a empresa que aderir voluntariamente ao programa receberá incentivo fiscal.

Está previsto, também, que durante a prorrogação da licença-maternidade, a empregada terá direito à remuneração integral, devendo a trabalhadora requerer a ampliação da licença até o primeiro mês após o parto. Os dois meses adicionais serão concedidos imediatamente após o período constitucional de licença-maternidade de 120 dias e a empresa descontará, no imposto de renda, os custos correspondentes aos dois meses complementares de licença concedidos à trabalhadora.

A proposição autoriza a Administração Pública, direta, indireta e fundacional a instituir programa que garanta prorrogação da licença-maternidade pago pelo regime geral de previdência social.

Por último, o Poder Executivo estimará a renúncia fiscal decorrente do Programa Empresa Cidadã e o incluirá no projeto de lei orçamentária, a ser enviado ao Congresso após sessenta dias da publicação da lei. A lei que resultar dessa proposição entrará em vigor na data de sua publicação, mas produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício subsequente àquele em que for implementada a renúncia fiscal.

No período regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o relatório.

II – VOTO

Depois de mais de dois anos de discussões com a sociedade civil foi aprovada na Comissão de Direitos Humanos do Senado, por unanimidade, a presente proposição que prorroga de quatro para seis meses, em caráter facultativo, a licença-maternidade. Em revisão, nesta Casa, essa grande conquista que beneficia não só as mães, mas todo o povo brasileiro, recebeu total apoio da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). A medicina definitivamente reconhece que o afeto e a estimulação adequados que o bebê recebe de quem o cerca nos seis primeiros meses é que irão determinar o número de ligações que serão feitas entre os neurônios e o seu desenvolvimento.

Dados da SBP registram que a amamentação durante esse período reduz em 17 vezes as chances de a criança ter pneumonia, e 5,4 a incidência de anemia e em 2,5 a possibilidade de diarreia, ou seja, dois meses a mais de convivência direta com a mãe se tornam altamente significativos, tanto para a mãe que se prepara melhor para deixar em casa, aos cuidados da babá, uma criança que já está em condições de ser introduzida em outra fase de alimentação.

Essa maior tranquilidade também reflete no desempenho do trabalho realizado pela mãe na empresa, pois o desmame precoce expõe o bebê a um número maior de doenças, o que exige afastamentos sistemáticos da mãe ou o atendimento precário feito por estranhos.

Esse cuidado dispensado às crianças até seis meses pode significar novas gerações de brasileiros mais bem formados, mais bem alimentados e preparados para a vida. A empresa não pode abrir mão do trabalho feminino cuja contribuição é tão importante e, ao mesmo tempo, deve levar em conta que sendo o papel natural da mulher o de gerar filhos, esse papel deve ser respeitado e apoiado para a felicidade e o bem-estar de todos.

Entendemos que a proposição está bem formulada e não requer qualquer reparo de mérito. Por essa razão, VOTO pela aprovação do PL 2.513, de 2007.

Sala da Comissão, de de 2007.

DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA
Relatora